

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Gabaritei *Véspera*

BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso material de **Revisão** para a véspera da **SAPE SC!**

Antes de seguir, precisamos te dar um aviso importante. Muita gente fica pelo caminho não por falta de estudo, mas por excesso e ausência de direcionamento.

Tenta estudar tudo, acumula materiais, começa vários assuntos e termina poucos. Quando percebe, o tempo passou e a sensação é de que não avançou. Esse não é um problema de capacidade, mas de **estratégia**.

Nos momentos finais de preparação, o maior obstáculo não é o desconhecimento, e sim a falta de clareza sobre o que realmente importa.

Este material foi pensado exatamente para resolver esse ponto. Aqui, você não vai encontrar excesso, mas **seleção**.

Um direcionamento objetivo, que elimina o desnecessário e mantém apenas o que tem maior potencial de impacto no seu resultado.

A proposta é simples: **organizar o estudo, reduzir a sobrecarga e permitir avanço real em pouco tempo**.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

O conteúdo foi construído com base em um critério rigoroso de **relevância** prática, priorizando **recorrência**, padrão de cobrança e pontos críticos de erro.

Por isso, você encontrará uma abordagem direta, estruturada para leitura rápida, com destaques nos pontos mais importantes e explicações suficientes para garantir **compreensão sem excesso** teórico, além de questões pontuais para validar a fixação.

A ideia não é substituir toda a sua preparação, mas **destravar**. Dar clareza ao que precisa ser revisado agora e permitir que você vá para a prova com mais segurança.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que irá selar a jornada para o seu concurso.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora da sua aprovação. Vamos nessa?!

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão
Identificação de informações expressas no texto
Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo

Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta corretamente.

1.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são **formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em situações reais de interação social**.

Eles surgem das necessidades comunicativas das pessoas e circulam em diferentes esferas da sociedade, como a jornalística, a literária, a acadêmica, a publicitária, a jurídica, a administrativa e a digital.

Cada gênero textual apresenta **características próprias** relacionadas à sua **finalidade**, ao **público** a que se destina, ao **meio** em que circula, à **estrutura composicional** e ao **tipo de linguagem** empregado.

Uma notícia, por exemplo, tem como principal finalidade informar sobre um acontecimento de interesse público. Já um anúncio publicitário busca persuadir o consumidor a adquirir um produto, serviço ou aderir a uma ideia. Um manual de instruções, por sua vez, tem a função de orientar o leitor na realização de determinada atividade.

Assim, para identificar corretamente um gênero textual, é importante observar:

- qual é a finalidade do texto;
- quem produz o texto;
- a quem ele se destina;
- em qual contexto ele circula;
- qual é o suporte utilizado;
- como suas informações estão organizadas;
- qual linguagem predomina.

Não se deve confundir **gênero textual** com **tipo textual**.

Os **tipos textuais** correspondem a **formas de organização linguística**, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção.

Já os **gêneros textuais** são **manifestações concretas da comunicação**, como notícia, receita, carta, reportagem, edital, crônica e anúncio.

Um mesmo gênero pode apresentar mais de um tipo textual.

Exemplo:

Em uma reportagem, podem aparecer:

- trechos narrativos, ao relatar acontecimentos;
- trechos descritivos, ao caracterizar pessoas ou lugares;
- trechos expositivos, ao explicar informações;
- trechos argumentativos, ao apresentar opiniões de especialistas.

Portanto, o gênero é definido principalmente pela função social e pela situação comunicativa, enquanto o tipo textual se relaciona à forma de organização do conteúdo.

Principais gêneros textuais	
Gêneros jornalísticos	São textos vinculados à divulgação de fatos, informações e opiniões de interesse social. Notícia: apresenta um fato recente de maneira predominantemente objetiva. Costuma responder a perguntas como: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Reportagem: aprofunda determinado assunto, podendo reunir entrevistas, dados, depoimentos, imagens e opiniões de especialistas. Editorial: apresenta a opinião oficial de um veículo de comunicação sobre determinado tema. Geralmente não é assinado. Artigo de opinião: apresenta e defende o ponto de vista de um autor, utilizando argumentos, exemplos, comparações e dados. Entrevista: organiza-se por meio de perguntas e respostas, com o objetivo de obter informações, opiniões ou relatos de uma pessoa. Atenção: mesmo os textos jornalísticos considerados informativos podem apresentar escolhas linguísticas que revelam determinado enfoque sobre os fatos.
Gêneros literários	Nos gêneros literários, a linguagem pode ser empregada de forma artística, subjetiva, simbólica ou figurada.

	Conto: narrativa breve, geralmente concentrada em poucos personagens, espaço e tempo reduzidos. Crônica: texto curto relacionado a situações do cotidiano, que pode apresentar humor, crítica, reflexão ou subjetividade. Poema: texto estruturado em versos ou em prosa poética, marcado pelo ritmo, pela sonoridade e pelo uso expressivo da linguagem. Fábula: narrativa breve, frequentemente protagonizada por animais com características humanas, que apresenta ensinamento ou moral. Nos textos literários, é importante observar os efeitos produzidos por metáforas, ironias, ambiguidades, repetições e outras figuras de linguagem.
Gêneros publicitários	Os gêneros publicitários têm como objetivo principal persuadir o destinatário. Podem promover produtos, serviços, comportamentos ou ideias. Entre os exemplos mais comuns estão: • anúncio publicitário; • propaganda institucional; • campanha educativa; • slogan; • cartaz; • folder. Esses textos costumam empregar verbos no imperativo, linguagem direta, imagens, cores, frases curtas, jogos de palavras e recursos de aproximação com o público. Exemplo: “Proteja-se. Vacine-se.”

	Nesse enunciado, os verbos no imperativo procuram induzir o leitor a adotar determinado comportamento.
Gêneros instrucionais e injuntivos	São textos que orientam o leitor a realizar uma tarefa ou seguir determinado procedimento. Exemplos: • receita culinária; • manual de instruções; • tutorial; • bula de medicamento; • regulamento; • instruções de prova. Predominam nesses gêneros os verbos no imperativo ou no infinitivo, a sequência de etapas e a linguagem objetiva. Exemplo: “Conecte o aparelho à tomada e pressione o botão lateral.” A ordem dos procedimentos é fundamental para a compreensão e a execução adequada da ação.
Gêneros normativos e institucionais	São textos utilizados para estabelecer regras, divulgar decisões, regulamentar condutas ou organizar atividades administrativas. Exemplos: • lei; • decreto; • portaria; • resolução; • edital; • regulamento; • ofício; • memorando; • despacho.

	Esses gêneros costumam apresentar linguagem formal, objetiva, impessoal e padronizada. O edital, por exemplo, divulga regras, condições e etapas de determinado processo, como um concurso público. A portaria é utilizada por uma autoridade administrativa para estabelecer determinações, designações ou procedimentos internos.
Gêneros científicos e acadêmicos	Têm como finalidade apresentar, explicar ou divulgar conhecimentos de forma organizada e fundamentada. Exemplos: • artigo científico; • resumo; • resenha; • relatório; • verbete enciclopédico; • texto de divulgação científica. Nesses gêneros, são comuns a linguagem objetiva, o emprego de conceitos técnicos, a apresentação de dados e a organização lógica das informações. O texto de divulgação científica procura tornar o conhecimento especializado acessível ao público não especialista. Por isso, pode apresentar exemplos, comparações e explicações simplificadas.
Gêneros digitais	Os gêneros textuais também se modificam com o desenvolvimento das tecnologias e das formas de interação social. Exemplos: • e-mail; • mensagem instantânea; • postagem em rede social;

	• comentário; • blog; • fórum virtual; • podcast; • meme. Esses gêneros podem combinar escrita, imagem, som, vídeo, emojis, hiperlinks e outros recursos. Por essa razão, muitos deles são classificados como gêneros multissemióticos ou multimodais. A linguagem utilizada pode variar conforme o público, a finalidade e o grau de formalidade da situação comunicativa. Um e-mail institucional, por exemplo, exige linguagem formal, enquanto uma mensagem enviada a um amigo pode apresentar marcas de oralidade e informalidade.
Charges, tirinhas e cartuns	Esses gêneros combinam linguagem verbal e não verbal e são muito frequentes em provas de interpretação. Charge: representa criticamente um acontecimento atual, geralmente relacionado à política ou à sociedade. Sua compreensão depende do conhecimento do contexto em que foi produzida. Cartum: apresenta humor ou crítica sobre situações mais gerais e atemporais, sem depender necessariamente de um acontecimento específico. Tirinha: sequência curta de quadrinhos que pode apresentar narrativa, diálogo, humor, crítica ou reflexão. Para compreender esses gêneros, é necessário observar: • expressões faciais e gestos;

- cenário e disposição dos personagens;
- relação entre imagem e fala;
- ironia;
- duplo sentido;
- referências a fatos sociais;
- • quebra de expectativa no último quadro.

1.4 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;
- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.4.1 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.

Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

1.4.2 ASSUNTO, TEMA E FINALIDADE DO TEXTO

Em provas de interpretação, é comum que as bancas solicitem a identificação do **assunto**, do **tema** ou da **finalidade** de um texto. Embora esses conceitos estejam relacionados, eles não são sinônimos.

O **assunto** corresponde ao **conteúdo tratado no texto**. É uma visão mais ampla do que está sendo abordado.

Exemplo: Texto sobre os impactos da inteligência artificial na educação.

Assunto: inteligência artificial na educação.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

O **tema**, por sua vez, representa o **enfoque dado pelo autor ao assunto**. Trata-se do recorte específico desenvolvido ao longo do texto.

Exemplo:

Tema: os benefícios e os desafios do uso da inteligência artificial no processo de aprendizagem.

Já a **finalidade** corresponde ao **objetivo comunicativo do texto**, isto é, aquilo que o autor pretende alcançar junto ao leitor.

Entre as finalidades mais frequentes estão:

- informar;
- convencer;
- orientar;
- explicar;
- alertar;
- emocionar;
- divertir;
- criticar;
- denunciar;
- regulamentar.

Observe:

"Vacine-se. A vacinação protege você e toda a comunidade."

Assunto: vacinação.

Tema: importância da vacinação coletiva.

Finalidade: persuadir o leitor a se vacinar.

Atenção: em concursos, é comum aparecer uma alternativa que identifica corretamente o assunto, mas erra a finalidade do texto.

1.4.3 INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Uma das habilidades mais cobradas em interpretação consiste em distinguir aquilo que está expressamente afirmado daquilo que precisa ser inferido pelo leitor.

As **informações explícitas** são aquelas apresentadas diretamente no texto. Elas podem ser localizadas por meio da leitura atenta, sem necessidade de deduções.

Exemplo:

"A reunião ocorrerá na sexta-feira, às 14 horas."

Informações explícitas:

- haverá uma reunião;
- será na sexta-feira;
- ocorrerá às 14 horas.

Já as **informações implícitas** não aparecem escritas de forma direta. Elas decorrem da combinação entre as informações fornecidas, o contexto e os conhecimentos linguísticos do leitor.

Exemplo:

"Pedro chegou à sala completamente encharcado."

O texto não afirma que estava chovendo, mas essa é uma inferência bastante plausível.

É importante destacar que **uma inferência deve sempre estar fundamentada em elementos do próprio texto**. Não basta que seja possível ou provável; ela precisa ser compatível com as informações apresentadas.

Dica: quando uma alternativa utiliza expressões como "pode-se concluir", "infere-se", "subentende-se" ou "deduz-se", normalmente a questão está explorando informações implícitas.

1.4.4 O SENTIDO DAS PALAVRAS E DAS EXPRESSÕES NO CONTEXTO

As palavras não possuem significado fixo e imutável. Em muitos casos, seu sentido **depende do contexto em que aparecem**.

Observe:

"O candidato apresentou uma resposta fria."

A palavra fria não indica temperatura, mas ausência de emoção ou entusiasmo.

Agora observe:

"A água estava fria."

Nesse caso, o significado refere-se à temperatura.

Por isso, ao interpretar um texto, **não se deve analisar palavras isoladamente**. É necessário considerar:

- o contexto em que aparecem;
- o gênero textual;
- a intenção comunicativa;
- as relações estabelecidas com as demais palavras.

É justamente essa dependência do contexto que explica por que uma mesma palavra pode assumir diferentes significados em textos distintos.

1.4.5 SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS NA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Os concursos frequentemente exploram relações de equivalência ou de oposição entre palavras.

Os **sinônimos** são **palavras ou expressões de significado semelhante**.

Exemplos:

- iniciar — começar;
- adquirir — comprar;
- rápido — veloz.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Já os **antônimos** apresentam **sentidos opostos**.

Exemplos:

- claro — escuro;
- aumentar — diminuir;
- aceitar — rejeitar.

Entretanto, é importante compreender que **a sinonímia raramente é absoluta**. O contexto pode alterar o grau de equivalência entre duas palavras.

Compare:

"Ele possui uma residência no litoral."

"Ele possui uma casa no litoral."

Nesse contexto, "residência" e "casa" podem ser consideradas sinônimas.

Já em outros contextos, essa substituição pode produzir alterações de estilo, formalidade ou precisão.

Dica: quando a questão pergunta se uma palavra pode ser substituída por outra "sem prejuízo do sentido", a análise deve considerar o contexto do texto, e não apenas o significado presente no dicionário.

1.4.6 DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

A linguagem pode ser empregada em **sentido literal** ou em **sentido figurado**.

A **denotação** corresponde ao **significado objetivo, literal e convencional** das palavras.

Exemplos:

- A porta está aberta.
- O cachorro atravessou a rua.

Já a **conotação** corresponde ao **emprego figurado ou expressivo da linguagem**.

Exemplos:

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

- Ele abriu as portas para novas oportunidades.
- Aquele atleta é um verdadeiro leão em campo.

Nos textos literários, publicitários e humorísticos, o emprego da conotação é bastante frequente, pois produz efeitos expressivos, emocionais ou persuasivos.

Nos textos científicos, técnicos e normativos, normalmente predomina a linguagem denotativa, devido à necessidade de objetividade e precisão.

Atenção: uma palavra pode aparecer ora em sentido denotativo, ora em sentido conotativo. É sempre o contexto que permite identificar o significado pretendido pelo autor.

1.4.7 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS ENTRE AS IDEIAS

A compreensão de um texto depende da **identificação das relações estabelecidas entre suas ideias**. Essas relações são frequentemente marcadas por conectivos, mas também podem ser percebidas pelo próprio contexto.

Entre as relações mais cobradas estão as seguintes.

Relações lógico-semânticas entre as ideias	
Relação de causa	Indica o motivo pelo qual determinado fato ocorreu. Exemplo: Como choveu intensamente, a partida foi adiada. Pergunta típica: Por que a partida foi adiada? Resposta: porque choveu intensamente.
Relação de consequência	Apresenta o resultado produzido por uma causa. Exemplo: Choveu intensamente; por isso, a partida foi adiada.

Relação de comparação	Estabelece aproximações ou diferenças entre elementos. Exemplo: O novo sistema é mais eficiente do que o anterior.
Relação de oposição ou contraste	Apresenta ideias contrárias ou parcialmente incompatíveis. Exemplos: Estudou bastante, mas não foi aprovado. Conectivos frequentes: • mas; • porém; • contudo; • entretanto; • todavia; • no entanto.
Relação de finalidade	Indica o objetivo de determinada ação. Exemplo: Estudou muito para ser aprovado. Conectivos frequentes: • para; • a fim de; • com o objetivo de.
Relação temporal	Expressa sequência, simultaneidade ou duração dos acontecimentos. Exemplo: Depois que terminou a prova, saiu da sala. Marcadores comuns: • antes; • depois; • enquanto;

	• quando; • desde; • até.
Relação de condição	Indica uma circunstância necessária para que determinado fato ocorra. Exemplo: Se estudar diariamente, terá melhores resultados. Conectivos frequentes: • se; • caso; • desde que; • contanto que; • salvo se.

PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE



2.1 PRINCÍPIOS DE CONTAGEM

Os **princípios de contagem** são **usados para determinar o número de possibilidades de ocorrência de um evento**, sem precisar listar uma por uma.

Eles são muito úteis em problemas que envolvem escolhas, combinações, senhas, filas, placas, sorteios e organização de elementos.

A ideia central é responder à pergunta: De quantas maneiras isso pode acontecer?

Princípio	Uso
Princípio aditivo	O princípio aditivo é usado quando temos escolhas alternativas, ou seja, quando uma situação pode acontecer de uma forma ou de outra. Se uma escolha pode ser feita de m maneiras e outra escolha pode ser feita de n maneiras, e elas não acontecem ao mesmo tempo, então o total de possibilidades é: $m + n$ Exemplo:

	Uma lanchonete oferece 4 tipos de suco e 3 tipos de refrigerante. Se uma pessoa vai escolher apenas uma bebida, ela poderá escolher: $4 + 3 = 7 \text{ opções}$ Nesse caso, a pessoa escolhe suco ou refrigerante.
Princípio multiplicativo	O princípio multiplicativo é usado quando uma situação ocorre em etapas sucessivas. Se uma primeira escolha pode ser feita de m maneiras e, para cada uma delas, uma segunda escolha pode ser feita de n maneiras, então o total de possibilidades é: $m \times n$ Exemplo: Uma pessoa possui 3 camisas e 2 calças. Quantas combinações diferentes de roupa ela pode montar? Para cada camisa, há 2 opções de calça. Então: $3 \times 2 = 6 \text{ combinações}$ Esse princípio também pode ser usado com mais de duas etapas. Exemplo: Uma senha é formada por 2 algarismos, podendo repetir números. Como há 10 algarismos possíveis em cada posição, temos: $10 \times 10 = 100 \text{ senhas possíveis}$
Fatorial	O fatorial de um número natural indica o produto desse número por todos os seus antecessores positivos. Representamos por: $n!$

	Exemplos: $5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$ $4! = 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24$ Por definição: $0! = 1$ O fatorial aparece principalmente em problemas de organização de elementos, como filas e permutações. Exemplo: De quantas formas 4 pessoas podem se organizar em uma fila? $4! = 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24 \text{ formas}$
Permutação simples	A permutação simples é usada quando queremos organizar todos os elementos de um grupo em diferentes ordens. Se temos n elementos distintos, o número de formas de organizá-los é: $n!$ Exemplo: De quantas formas as letras A, B e C podem ser organizadas? Temos 3 letras: $3! = 3 \times 2 \times 1 = 6$ As possibilidades são: ABC, ACB, BAC, BCA, CAB, CBA.

2.2 ARRANJO E COMBINAÇÃO: IDEIA GERAL

Em muitos problemas de contagem, é importante perceber se a **ordem importa ou não**.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Quando a ordem importa, temos uma ideia de **arranjo**.

Exemplo:

Escolher presidente e vice entre 5 pessoas. A ordem importa, pois Ana como presidente e Bruno como vice é diferente de Bruno como presidente e Ana como vice.

Quando a ordem não importa, temos uma ideia de **combinação**.

Exemplo:

Escolher 2 alunos para formar uma dupla. A dupla Ana e Bruno é a mesma que Bruno e Ana.

Essa diferença é essencial para resolver corretamente problemas de contagem.

2.3 PROBABILIDADE

A **probabilidade** mede a **chance de um evento acontecer**.

Ela é usada em situações que envolvem incerteza, sorteios, jogos, lançamentos de moedas, dados, cartas e acontecimentos aleatórios.

A probabilidade de um evento é calculada por:

Probabilidade = número de casos favoráveis / número de casos possíveis

Ou seja:

$$P(E) = \text{casos favoráveis} / \text{casos possíveis}$$

O resultado pode aparecer em forma de fração, número decimal ou porcentagem.

2.3.1 ESPAÇO AMOSTRAL E EVENTO

O **espaço amostral** é o **conjunto de todos os resultados possíveis de um experimento aleatório**.

Exemplo:

Ao lançar um dado, os resultados possíveis são:

$\{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

Esse é o espaço amostral.

Um **evento** é uma **parte do espaço amostral**.

Exemplo:

Evento: sair número par.

Os resultados favoráveis são:

$\{2, 4, 6\}$

2.3.2 CÁLCULO BÁSICO DE PROBABILIDADE

Exemplo:

Qual é a probabilidade de sair um número par no lançamento de um dado?

Espaço amostral:

$\{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

Casos possíveis: 6

Casos favoráveis ao evento "número par":

$\{2, 4, 6\}$

Casos favoráveis: 3

Então:

$$P = 3/6 = 1/2 = 50\%$$

Resposta: a probabilidade é de $1/2$, ou 50%.

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (LEI 6.745/1985)



A **Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985**, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina. A norma disciplina aspectos fundamentais da relação funcional entre o Estado e seus servidores, abrangendo ingresso no serviço público, vida funcional, direitos, vantagens, responsabilidades, regime disciplinar, vacância e formas de reingresso.

De acordo com o Estatuto, suas disposições alcançam os funcionários públicos civis dos Três Poderes do Estado e do Tribunal de Contas.

Para seus fins, **funcionário público** é a **pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, com atribuições e remuneração próprias e pagamento pelo erário estadual**.

A lei também estabelece, como regra, a proibição da prestação gratuita de serviços ao Estado.

3.1 INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

A admissão ao serviço estadual depende de **aprovação prévia em concurso público**, ressalvados os cargos em comissão. O concurso pode envolver provas ou provas e títulos, além da verificação das condições necessárias ao exercício do cargo.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Entre os requisitos básicos previstos no Estatuto estão nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais e idade mínima de 18 anos.

A nomeação pode ocorrer:

Forma	Característica
Efetiva	Decorrente de concurso público
Em comissão	Destinada aos cargos de livre nomeação e exoneração

A **posse** representa a aceitação expressa da nomeação e deve ocorrer, em regra, no prazo de **30 dias** contados da publicação do ato, admitindo-se prorrogação nos casos previstos no Estatuto. Se a posse não ocorrer no prazo por responsabilidade do nomeado, a nomeação será tornada sem efeito.

3.2 ESTÁGIO PROBATÓRIO E ESTABILIDADE

O servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a **3 anos de estágio probatório**, período em que são avaliados requisitos necessários à sua permanência no serviço público.

Entre os critérios expressamente previstos estão:

idoneidade moral + assiduidade e pontualidade + disciplina + eficiência.

A avaliação deve ser realizada por comissão composta por, no mínimo, três membros. Caso o servidor não satisfaça os requisitos, poderá ser instaurado procedimento destinado à exoneração, sendo-lhe assegurada ciência da avaliação e oportunidade de defesa.

3.3 EXERCÍCIO, LOTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

Como regra, o servidor exerce suas funções no órgão em que estiver lotado. A **remoção** corresponde ao **deslocamento do funcionário** de um órgão para

outro do serviço público estadual e pode ocorrer a pedido, por permuta ou no interesse do serviço público. Durante o estágio probatório, a remoção sofre restrições, ressalvada a hipótese relacionada à saúde prevista no próprio Estatuto.

A lei também disciplina institutos importantes da movimentação funcional, como:

- **redistribuição:** deslocamento motivado do cargo efetivo para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, respeitados os requisitos legais;
- **readaptação:** aproveitamento do servidor em atribuições compatíveis quando houver alteração de suas condições físicas ou de saúde;
- **recondução:** retorno ao cargo anteriormente ocupado nas hipóteses previstas em lei;
- **substituição:** exercício temporário das atribuições de ocupante impedido de cargo em comissão ou função de confiança.

3.4 JORNADA DE TRABALHO E FREQUÊNCIA

Quando a legislação específica do cargo for omissa, a jornada prevista pelo Estatuto é de **40 horas semanais**. A frequência deve ser registrada diariamente, e o funcionário deve observar rigorosamente o horário estabelecido.

O trabalho noturno, para os fins do Estatuto, é aquele prestado **entre 22 horas e 6 horas do dia seguinte**. A lei também prevê hipóteses de serviço extraordinário e possibilidade de redução da jornada, com redução proporcional da remuneração, em determinadas situações.

3.5 FÉRIAS E LICENÇAS

O servidor tem direito, anualmente, a **30 dias de férias**. O direito é adquirido após o primeiro ano de exercício.

As férias podem ser usufruídas em até **3 períodos**, desde que cada período tenha, no mínimo, **10 dias consecutivos**.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Além disso, o servidor recebe o acréscimo constitucional de **1/3 da remuneração** correspondente às férias.

O Estatuto prevê diversas modalidades de licença, como licença para:

- tratamento de saúde;
- doença em pessoa da família;
- serviço militar;
- mudança de domicílio;
- candidatura a cargo eletivo;
- tratamento de interesses particulares;
- licença-prêmio;
- outras hipóteses previstas em lei.

Merece destaque a **licença-prêmio**. Após cada quinquênio de serviço público estadual, o servidor efetivo faz jus a 3 meses de licença remunerada, observadas as condições previstas na legislação.

Férias: 30 dias

Parcelamento: até 3 períodos de, no mínimo, 10 dias

Estágio probatório: 3 anos

Licença-prêmio: 3 meses a cada 5 anos

RESOLUÇÃO

24/2023/SAR/CEDERURAL



A **Resolução nº 24/2023/SAR/CEDERURAL** disciplina importantes instrumentos de financiamento destinados ao desenvolvimento do meio rural, pesqueiro e aquícola catarinense.

Os programas são executados no âmbito do **Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FDR**, utilizando recursos públicos para facilitar investimentos produtivos e estruturais realizados por agricultores, pescadores e aquícultores.

A lógica da Resolução está ligada às atribuições da **Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SAPE/SC** de formular políticas de desenvolvimento rural e criar oportunidades de crédito.

Os financiamentos procuram melhorar os sistemas produtivos, aumentar a rentabilidade, fomentar a inovação, agregar valor à produção, estimular o turismo rural, favorecer a regularização das atividades e ampliar a infraestrutura disponível nas propriedades.

Entre os programas regulamentados estão o **Financia AGRO SC** e o **Sinal Bom SC**, este último voltado especificamente à conexão digital das propriedades rurais.

4.1 FINANCIA AGRO SC

O **Programa de Financiamento ao Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola de Santa Catarina – Financia AGRO SC** é um mecanismo de crédito

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

estruturado para **apoiar investimentos capazes de promover melhorias econômicas, produtivas e tecnológicas no meio rural.**

O programa é dividido em quatro projetos, permitindo atender diferentes necessidades dos agricultores, pescadores e aquicultores.

4.1.1 FINANCIAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

O primeiro projeto destina-se a investimentos nos **sistemas produtivos agrícolas e pecuários**. Pode ser utilizado tanto de forma individual quanto coletiva.

Na modalidade individual, cada Unidade Familiar de Produção pode acessar financiamento de até R\$ 50.000,00.

Nos projetos coletivos, o limite é de R\$ 120.000,00, exigindo-se no mínimo 3 integrantes, observado o limite individual de R\$ 50.000,00.

Modalidade	Limite
Individual	R\$ 50.000,00 por Unidade Familiar de Produção
Coletiva	R\$ 120.000,00 por projeto
Mínimo no coletivo	3 integrantes
Limite individual no coletivo	R\$ 50.000,00

Esse projeto pode alcançar investimentos destinados à melhoria das estruturas produtivas, aquisição ou instalação de equipamentos e outras medidas tecnicamente justificadas dentro das cadeias agrícola e pecuária.

4.2 CADEIAS PRODUTIVAS AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS

O segundo projeto possui estrutura semelhante, mas é destinado especificamente aos **sistemas produtivos aquícolas e pesqueiros**.

O projeto individual também permite financiamento de até R\$ 50.000,00 por Unidade Familiar de Produção. No projeto coletivo, podem ser financiados até R\$ 120.000,00, com participação mínima de 3 famílias e limite individual de R\$ 50.000,00.

Desse modo, o Financia AGRO SC não se restringe à agricultura e à pecuária. Ele alcança expressamente atividades de **pesca e aquicultura**, em consonância com a diversidade das atividades econômicas do meio rural e costeiro catarinense.

4.3 AGREGAÇÃO DE VALOR E TURISMO RURAL

O terceiro eixo corresponde ao **Financiamento para Empreendimentos de Agregação de Valor e Turismo Rural**. Seu objetivo é apoiar investimentos voltados à transformação e valorização dos produtos, criação de novos negócios, turismo rural e legalização de agroindústrias.

Na modalidade individual, há duas possibilidades principais:

- financiamento de até R\$ 60.000,00, admitindo-se que até 50% sejam destinados a itens de custeio de agroindústrias, com pagamento em 5 anos; ou
- financiamento de até R\$ 25.000,00 exclusivamente para custeio de agroindústrias, com pagamento em 2 anos.

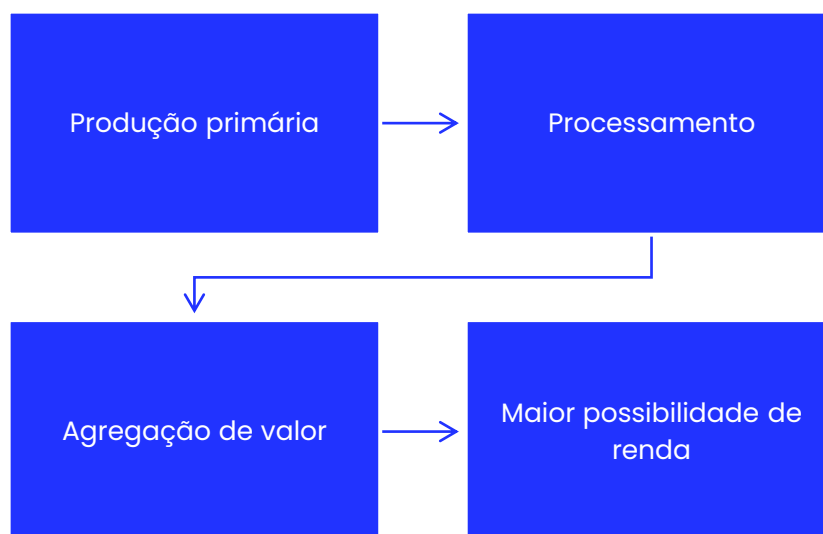
No projeto coletivo, o financiamento pode alcançar R\$ 500.000,00, exigindo-se pelo menos 3 participantes, com limite individual de R\$ 60.000,00 e possibilidade de destinação de até 50% para itens de custeio das agroindústrias.

Esse projeto evidencia uma característica importante do Financia AGRO SC: o programa não pretende financiar apenas a produção primária, mas também incentivar a agregação de valor.

Exemplo: Uma família que produz frutas pode utilizar mecanismos do programa para estruturar um empreendimento destinado à produção de geleias, sucos ou outros produtos processados, desde que o projeto atenda às condições técnicas e administrativas exigidas.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Assim:



4.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL

O quarto projeto do Financia AGRO SC é direcionado aos **Arranjos Produtivos Locais – APL**.

Nesse caso, a finalidade é financiar investimentos coletivos destinados à estruturação de sistemas produtivos organizados, buscando solucionar **gargalos de produção, logística ou comercialização** existentes em um ou mais elos da cadeia de valor.

O financiamento pode ser solicitado por agricultores, pescadores ou aquicultores organizados em **cooperativas ou associações**, formais ou informais.

A Resolução admite até R\$ 1.000.000,00 por Unidade de Gestão Técnica da EPAGRI – UGT, com valor de até R\$ 500.000,00 por projeto e participação direta de pelo menos 10 famílias.

Excepcionalmente, quando houver projeto de desenvolvimento regional considerado relevante econômica e socialmente, a cota integral da UGT pode ser destinada a um único projeto, mediante as condições e aprovação previstas na Resolução.

Projeto	Finalidade principal
Cadeias agrícolas e pecuárias	Investimentos produtivos agrícolas e pecuários
Cadeias aquícolas e pesqueiras	Investimentos na pesca e aquicultura
Agregação de valor e turismo rural	Agroindústrias, novos negócios, turismo e regularização
Arranjos Produtivos Locais – APL	Investimentos coletivos e solução de gargalos das cadeias produtivas

4.5 PROGRAMA SINAL BOM SC

O **Programa Sinal Bom SC** corresponde ao **Programa de Financiamento para Investimentos em Infraestrutura e Tecnologia para Conexão Digital nas Propriedades Rurais Catarinenses**.

A denominação atual substituiu a anterior Campo Conectado SC, mantendo a finalidade de ampliar o acesso à internet no meio rural. A alteração reforça a importância da **conectividade como instrumento de desenvolvimento econômico, social e tecnológico das propriedades**.

O acesso à internet deixou de representar apenas uma facilidade de comunicação. No ambiente rural, pode ser utilizado para gestão das propriedades, acesso aos mercados, aquisição de insumos, comercialização, educação, utilização de serviços públicos e emprego de tecnologias digitais na produção.

4.6 PROJETO INCLUSÃO DIGITAL

Para executar o Sinal Bom SC, a Resolução institui o **Projeto Inclusão Digital**.

São financiáveis **investimentos em infraestrutura e tecnologia** necessários para proporcionar acesso à internet nas propriedades rurais, incluindo, entre

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

outros: cabeamento, fibra óptica, antenas, rádio, modem e equipamentos para recepção por satélite.

Os limites são:

Modalidade	Limite
Projeto individual	R\$ 20.000,00 por família
Projeto coletivo	R\$ 40.000,00 por grupo
Número mínimo no coletivo	3 integrantes

O ponto central é simples:

Sinal Bom SC = inclusão e conectividade digital no meio rural.

4.7 BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS

Os beneficiários dos programas regulamentados pela Resolução são, em primeiro lugar, as **famílias rurais, pesqueiras e aquícolas enquadráveis no PRONAF**, havendo uma particularidade relevante: para esse enquadramento específico, a Resolução excepciona o limite de 4 módulos fiscais.

Também podem participar **organizações formais ou informais de agricultores familiares, pescadores ou aquicultores**.

Para essas organizações, no mínimo 60% dos integrantes devem ser enquadráveis no PRONAF. Quanto aos demais 40%, é necessário comprovar, formalmente ou, na falta dessa possibilidade, mediante autodeclaração, que pelo menos 50% de sua renda provém de atividade agropecuária, pesqueira ou aquícola.

Atenção aos percentuais:

Organização coletiva:

60% → membros enquadráveis no PRONAF

40% restantes → pelo menos 50% da renda vinculada às atividades previstas

Esses percentuais constituem informação objetiva importante da Resolução.